

LIVE

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

Análise do fluxo de recursos na esfera pública federal, estadual e municipal

Qual Estado buscamos na Economia de Francisco e Clara, e a serviço de quem?

**Minicurso 4 horas com certificado. Inscreva-se!
9 e 11 de Novembro de 2021, de 20 às 22h**

 youtube.com/auditoriacidadadadivida



Realização: Observatório de Finanças da CBJP

Apoio:



MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

Realização:

*Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara da
Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP)*

Apoio:

*Auditoria Cidadã da Dívida
Associação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC)
6ª Semana Social Brasileira
Centro Popular de Formação Vida e Juventude
Cátedra da Unesco na PUC de Brasília*

9 e 11 de novembro de 2021

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

Apresentação:

Maria Lucia Fattorelli – Coordenadora Nacional da ACD
e do Observatório de Finanças da CBJP

Josué Martins – Auditor do TCE/RS

Maria de Fátima Pinel – Professora da UFF

Paulo Rubem Santiago – Professor da UFPE

André Horta – Filósofo e auditor-fiscal

Luiz Fernando Reis – Professor da Unioeste/PR

Lujan Miranda – Advogada

Rodrigo Ávila – Economista da ACD

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

Materiais:

Quem financia o Estado e quem se beneficia com o gasto público - Folheto (frente/verso) <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico-2/>

Análise do fluxo de recursos na esfera pública: Quem financia o Estado e quem se beneficia - Texto-resumo <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analise-do-fluxo-de-recursos-na-esfera-publica-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia/>

Relatórios Completos: link será disponibilizado em breve

Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara da Comissão Brasileira Justiça e Paz

- Criado em abril/2020
- Apoio à juventude da “Economia de Francisco e Clara” convocada pelo Papa
- Organização de Grupos de Pesquisa

ANÁLISE DO FLUXO DE RECURSOS NA ESFERA PÚBLICA QUEM FINANCIAM O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA

Grupos de Pesquisa - Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara da CBJP						
Cada grupo identificará os principais ingressos e aplicações de recursos em cada área, a fim de desenvolver um diagnóstico e posteriormente apresentar propostas focadas nos princípios éticos						
FINANÇAS PÚBLICAS			BANCOS	EMPRESAS	FAMÍLIAS/PESSOAS	RIQUEZA (não tratada no orçamento público)
Municipal	Estadual	Federal inclusive Banco Central				

ANÁLISE DO FLUXO DE RECURSOS NA ESFERA PÚBLICA

Quem financia o Estado e quem se beneficia

Objetivo:

Mostrar o diagnóstico dos fluxos de recursos na esfera pública (União, Estados e Municípios), a fim de **evidenciar quem financia** o Estado e **quem mais se beneficia** com o gasto público, **apontando os principais problemas** que impedem a correta distribuição dos abundantes recursos existentes em nosso rico país.

Evidência confirmada pela análise:

O problema do Brasil não é a falta de recursos, mas sim a sua má distribuição entre os diversos setores da população e também entre os entes federados.

ANÁLISE DO FLUXO DE RECURSOS NA ESFERA PÚBLICA

Quem financia o Estado e quem se beneficia

- **Em todas as esferas** (União, Estados e Municípios), o estudo revelou imensas distorções:

A classe trabalhadora, os mais pobres e os pequenos negócios são os que mais financiam o Estado, enquanto a maior destinação de recursos acontece para o Sistema da Dívida e para os gastos da política monetária do Banco Central, beneficiando principalmente os bancos e grandes rentistas. As grandes empresas e corporações empresariais e financeiras pouco contribuem para o financiamento do Estado, pois repassam o ônus tributário para os preços de seus produtos e, quando autuadas, impetram as intermináveis ações judiciais para evitar o pagamento do tributo exigido. Por outro lado, esses grandes negócios recebem muito do Estado, pois usufruem de multifacetários benefícios tributários e creditícios.

ANÁLISE DO FLUXO DE RECURSOS NA ESFERA PÚBLICA

Qual a causa das distorções que provocam extrema concentração de renda e desigualdades?

DISTORÇÕES PROVOCADAS PELO MODELO ECONÔMICO

Principais eixos:

- Modelo Tributário regressivo
- Sistema da Dívida
- Política Monetária suicida praticada Banco Central
- Modelo de exploração extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente.



COMPREENSÃO FUNDAMENTAL PARA A FORMULAÇÃO DE UM NOVO MODELO

ANÁLISE DO FLUXO DE RECURSOS NA ESFERA PÚBLICA

- Diagnóstico sobre a distribuição de renda no Brasil
- Análise das Receitas Públicas
- Análise das Despesas Públicas
- Esquema da Securitização de Créditos Públicos
- Impacto da Crise Fabricada sobre o comportamento das receitas de todos os entes federados e sua relação com a política monetária praticada pelo Banco Central
- Propostas a serem encaminhadas para o grupo de estudos da “Economia de Francisco e Clara”

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

➤ **Diagnóstico sobre a
distribuição de renda no Brasil**

Profa. Maria Lucia Fattorelli

BRASIL: 12^a economia,
imensas riquezas, mais
de R\$ 4 trilhões em caixa

84º IDH

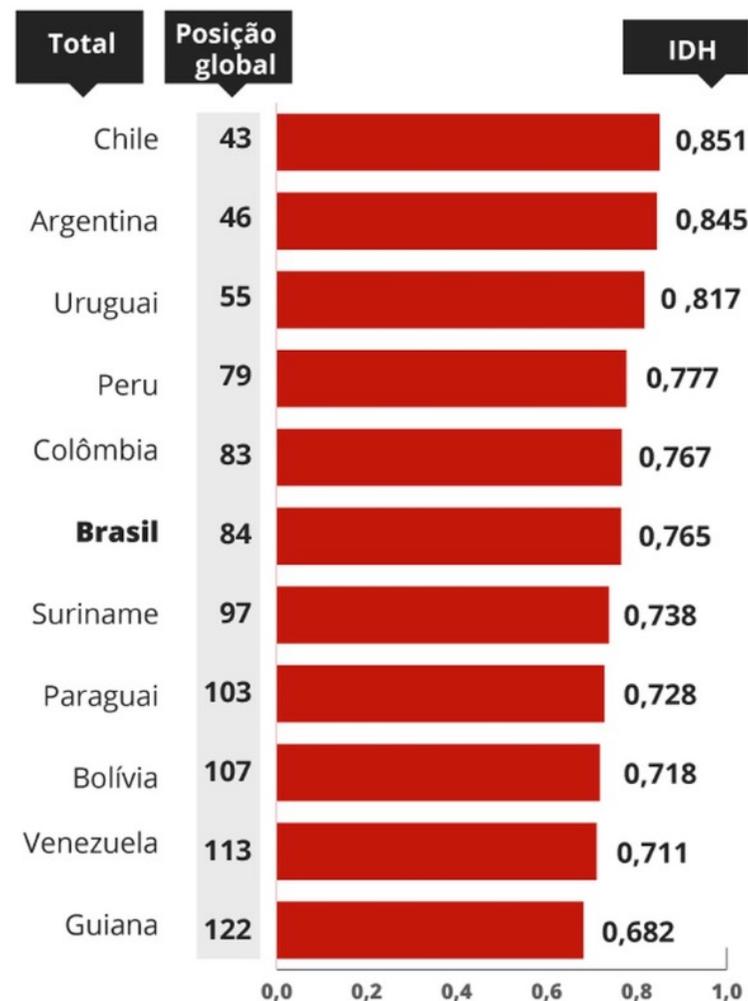
**2ª maior
concentração de
renda do mundo**

**Isso não é acaso, mas
decorre do modelo
econômico aqui
aplicado**

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

IDH de países da América do Sul em 2019

Chile é o país com o maior índice, e a Guiana, o menor;
Brasil está em sexto



Fonte: Pnud

PARADOXO BRASIL

Forbes

Início / Forbes Agro / Brasil bate recorde de exportação de carne bovina em agosto

PODER 360 Diretor de Redação Fernando Rodrigues

Buscar



Brasil bate recorde de exportação de carne bovina em agosto

Em agosto foram exportadas 211.85 mil toneladas, aumento de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Valor | Agronegócios

Lucro dos grandes bancos sobe 64% no 2º trimestre de 2021

Rendimentos somados de Bradesco, Banco do Brasil, Itaú e Santander atingiram R\$ 22,1 bilhões

Novo recorde de exportação

Estimativas de vendas externas apontam para R\$ 105 bilhões neste ano, com a soja como o chefe com até 87 milhões de toneladas enviadas ao exterior

Por Mônica Magnavita, Para o Valor

FANTÁSTICO

Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome

Dezenove milhões de brasileiros acordam atualmente sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. Dois anos atrás, eram 10 milhões.

Por Fantástico
25/07/2021 20h56 · Atualizado há 2 meses



Brasil perde 17 fábricas por dia; nível da indústria é o pior em 73 anos

Estimativas de vendas externas apontam para R\$ 105 bilhões neste ano, com a soja como o chefe com até 87 milhões de toneladas enviadas ao exterior



Publicado 23/01/2021 · Atualizado 12/01/2021



27 DE AGOSTO, 2021
"O Agronegócio e a Dívida Pública", por Maria Lucia Fattorelli

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>



Marcos Santos/USP

JORNAL DA USP

HOME CIÊNCIAS CULTURA ATUALIDADES UNIVERSIDADE

Home > Atualidades > Brasil atinge recorde de 14,8 milhões de desempregados

Brasil atinge recorde de 14,8 milhões de desempregados

"A palavra que melhor descreve a situação atual do mercado de trabalho é excitação. Não dos trabalhadores que estão procurando ou gostariam de voltar a trabalhar, mas dos empregadores", diz Hélio Zylberstajn

Atualidades / Jornal da USP no Ar / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP · <https://jornal.usp.br/?p=42978>
02/06/2021 · Publicado há 4 meses

FACEBOOK WhatsApp LinkedIn Email Print



O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?



MODELO ECONÔMICO ERRADO, CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos: <https://bit.ly/33bVDd0>
 - ✓ SISTEMA DA DÍVIDA
 - ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA
 - ✓ MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO
 - ✓ MODELO EXTRATIVISTA IRRESPONSÁVEL PARA COM AS PESSOAS E O AMBIENTE

"SISTEMA DA DÍVIDA"

- **Utilização do endividamento público às avessas:** ao invés de instrumento de financiamento dos Estados, funciona como mecanismo de subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios
- Principal característica:
"dívida pública" sem contrapartida
- Maior beneficiário:
Setor financeiro

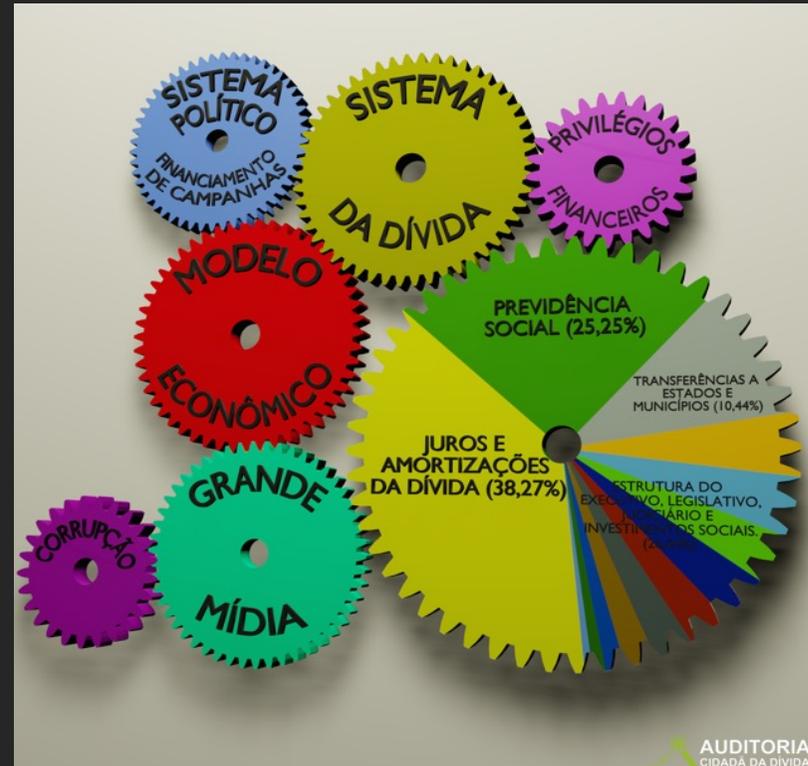


Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, Bancos Centrais, banca privada internacional e nacional



Dominação financeira e graves consequências sociais

DIAGNÓSTICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

- Modelo econômico projetado para empurrar a imensa maioria da população brasileira para uma situação de escassez perene, ao mesmo tempo em que garante privilégios constantes a uma minoria que acumula cada vez mais a renda e a riqueza do país.
- A concentração de renda acontece também entre os entes federados: a esfera federal fica com a maior parcela dos tributos pagos pela sociedade e tem definido o modelo econômico aplicado no país, submetendo os Estados e Municípios a um modelo errado que impede o nosso desenvolvimento socioeconômico e aprofunda cada vez mais as desigualdades sociais e regionais.

DIAGNÓSTICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

- Objetivos fundamentais da República desacatados:

Constituição Federal

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

- O enfrentamento dos 4 principais eixos do modelo econômico será **fundamental para a construção de outro modelo** que garanta vida digna para todas as pessoas e respeite o ambiente, como indica o Papa Francisco ao convocar jovens do mundo inteiro para elaborar o modelo econômico que chamou de “Economia de Francisco e Clara”

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

➤ **Análise das Receitas Públicas**

Prof. André Horta

ANÁLISE DAS RECEITAS PÚBLICAS

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA POR ENTE FEDERADO

Carga Tributária por Ente Federativo

Entidade Federativa	2018		2019			Variação				
	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]		p.p. do PIB	p.p. da Arrecad.
							Nominal	Real ⁽¹⁾		
União	1.547.402,45	22,46%	67,53%	1.614.740,49	22,25%	67,05%	67.338,03	3.054,60	-0,21	-0,48
Estados	593.382,08	8,61%	25,90%	629.125,48	8,67%	26,12%	35.743,40	11.092,65	0,06	0,23
Municípios	150.622,55	2,19%	6,57%	164.530,53	2,27%	6,83%	13.907,98	7.650,70	0,08	0,26
Total	2.291.407,08	33,26%	100,00%	2.408.396,50	33,19%	100,00%	116.989,41	21.797,94	-0,07	0,00

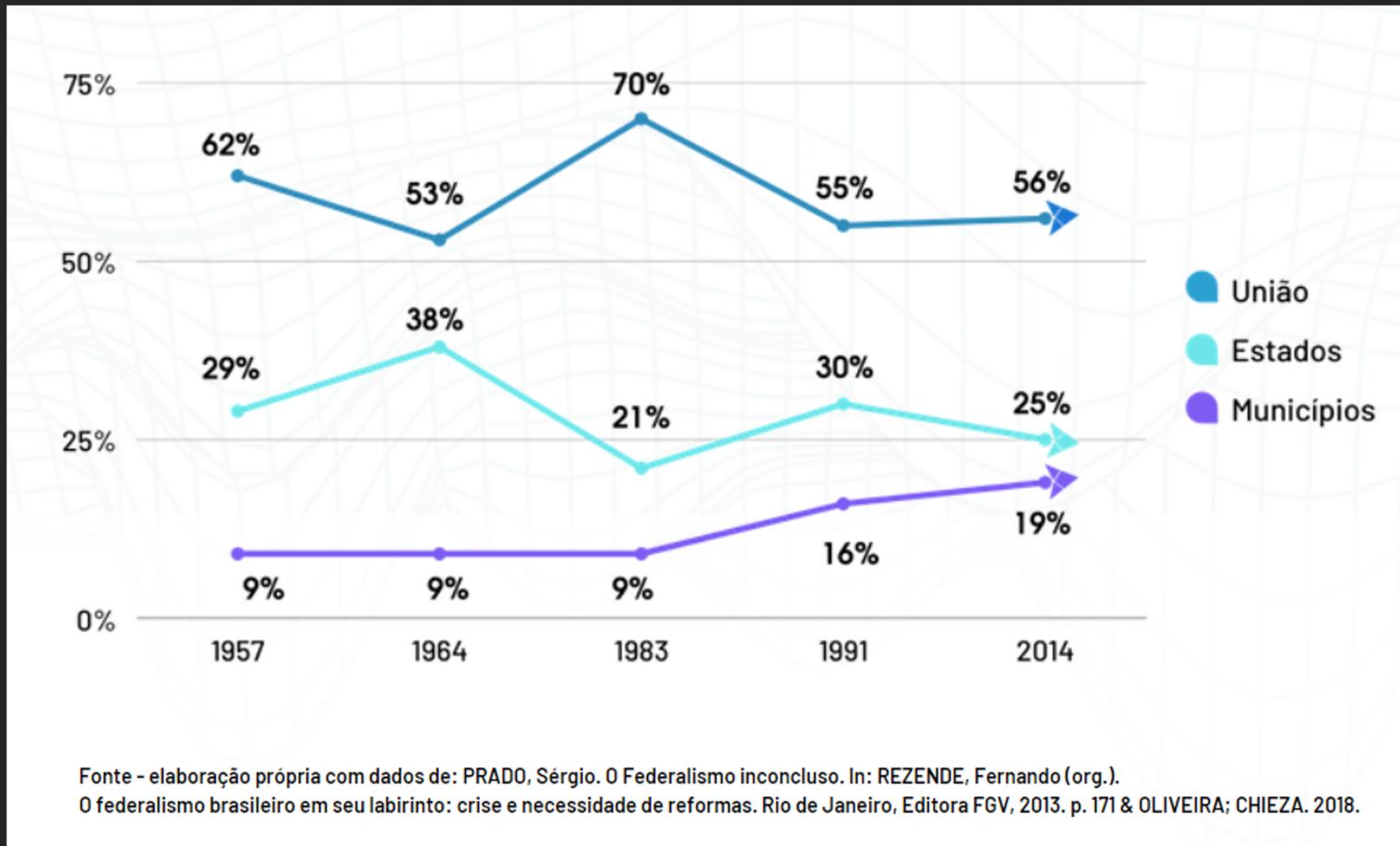
(1) Foi usado o deflator implícito do PIB para corrigir a arrecadação de 2018.

Em 2019 a carga tributária brasileira foi de 33,19% do PIB.

A arrecadação tributária seguiu concentrada na União (67,05%), enquanto os Estados ficaram com 26,12% e os Municípios com apenas 6,83%.

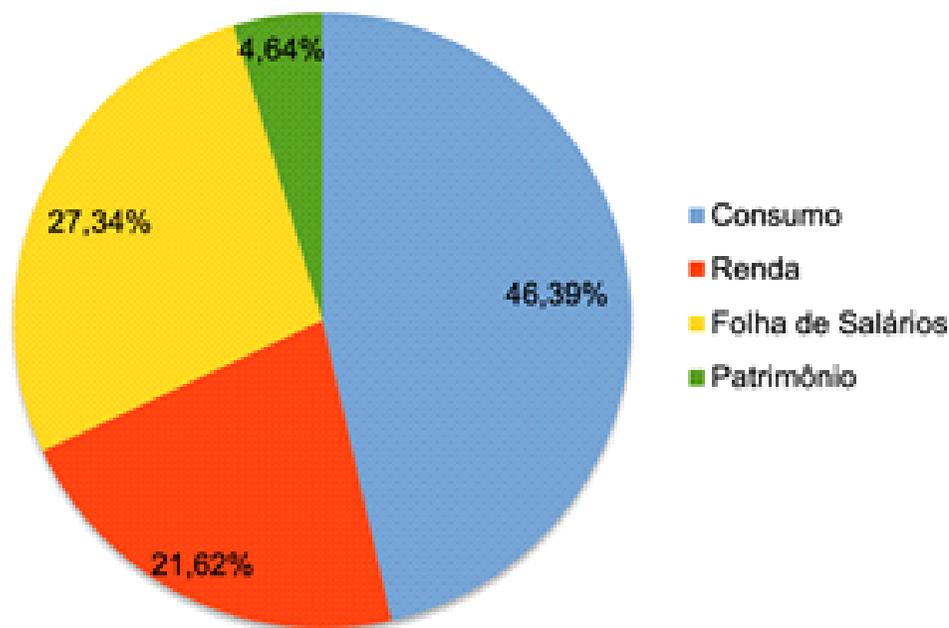
ANÁLISE DAS RECEITAS e DESPESAS PÚBLICAS

Receita disponível por nível de Governo (após Transferências)



DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SEGUNDO SUA INCIDÊNCIA

Tributos por Base de Incidência - Total: R\$ 2.291 bilhões
Carga Tributária em 2018: 33,26% do PIB
Inclui esferas Federal, Estadual e Municipal



Fonte: Receita Federal.¹¹ Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Nota 1: O item "Tributos sobre Transações Financeiras", que se refere principalmente ao IOF, foi incluído na tributação sobre o consumo, tendo em vista que o IOF incide sobre operações de crédito, seguros, compras com cartão de crédito, dentre outras transações de consumo.

Nota 2: O item "Outros Tributos" representa 0,01% do total e não foi incluído no gráfico, por impossibilidade de representação gráfica.

No Brasil, a carga tributária está concentrada principalmente sobre o consumo e a renda do trabalho, livrando da tributação grande parte da renda e do patrimônio dos mais ricos.

O gráfico mostra também a flagrante injustiça da incidência tributária, que **pesa mais sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres**, que destinam todas as suas disponibilidades para o consumo.

Distorções do Modelo Tributário

O sistema tributário brasileiro possui inúmeros problemas:

- **Regressivo: onera os mais pobres e isenta os mais ricos;**
- **Complexo: são inúmeros tributos e legislações em diversos níveis de governo geram insegurança jurídica e contencioso tributário;**
- **Sem transparência: alíquota por dentro;**
- **Tributação na origem: concentra renda em regiões mais ricas e permite a Guerra Fiscal;**
- **Bens e serviços separados: Brasil é o único país do mundo que ainda não unificou a base tributária sobre consumo.**

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS - UNIÃO

- Escandalosa isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos aos sócios de bancos e empresas
- Falta de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas
- Dedução de juros sobre o capital próprio
- Isenção de remessas de lucros ao exterior
- Isenção sobre ganhos de estrangeiros que aplicam em títulos da dívida interna brasileira
- Incentivos à exportação, que beneficiam principalmente as grandes *Trading Company* das áreas de *commodities* (grande agronegócio e mineração) que têm provocado crescente dano ambiental, e outras exportadoras.
- Na esfera federal os incentivos à exportação contemplam o Imposto de Exportação, IOF, PIS, COFINS e IPI, além de outros benefícios creditícios (empréstimos do BNDES por exemplo). Adicionalmente, as taxas de exploração do meio ambiente são irrisórias (TCFA) e os royalties de minério cobrados no Brasil são os menores do planeta .

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – ESTADOS

- **Injustificada isenção de ICMS sobre exportação (Lei Kandir)**
- **Baixa tributação sobre heranças**
- **Falta de incidência de IPVA sobre helicópteros, jatinhos, iates, lanchas e outras embarcações e aeronaves de luxo.**

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – MUNICÍPIOS

- **Perdas com as renúncias praticadas em âmbito federal (Imposto de Renda e do IPI por exemplo) e estadual (ICMS e outros tributos), pois parte da arrecadação desses tributos é devida aos municípios.**
- **Os municípios praticam renúncias fiscais de ISS para atrair empresas e concedem isenções de ISS para incentivar exportações.**
- **Adicionalmente, deixam de aplicar a progressividade do IPTU, que possibilitaria arrecadar mais com imóveis de luxo e reduzir alíquotas de regiões empobrecidas.**

**Como vimos, a análise das Receitas Públicas
apresenta diversas distorções.**

**Propostas para corrigir essas distorções
serão apresentadas na segunda parte do curso**

Dia 11/11, às 20 horas.

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

- **Análise das Receitas e Despesas
Públicas: Esfera Federal, inclusive
Banco Central**

Prof. Paulo Rubem Santiago

Receitas Públicas Federais

- Em 2019, na esfera federal, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 2,991 trilhões. Desse total, 47,5% corresponderam aos tributos federais pagos pela sociedade, no valor de R\$ 1,418 trilhão .
- A segunda maior receita da esfera federal em 2019 foi decorrente de operações de crédito (emissão de títulos da dívida pública federal), no valor de R\$ 973,92 bilhões. Essa receita financeira decorrente do endividamento público não tem sido direcionada para financiar investimentos de interesse da coletividade, como já declarou o próprio Tribunal de Contas da União.
- Para 2022, o projeto de lei orçamentária prevê R\$ 1,671 trilhão de reais para o orçamento fiscal, R\$ 1,063 trilhão para o orçamento da seguridade social e, pasmem, R\$ 1,884 trilhão para refinanciamento da dívida pública .

Dívida pública e Estado: Quem financia quem?

- Em todos os anos, o maior gasto federal é o gasto com a chamada dívida pública
- A dívida pública no Brasil, há algumas décadas, não tem relação com empréstimos para financiar investimentos produtivos e sociais. Nem complementa as receitas federais. Tem servido para alimentar os mecanismos de política monetária operados pelo Banco Central e para pagar os juros e amortizações da própria dívida, aprofundando a concentração de renda e riqueza nas mãos dos donos rentistas, que aumentam seu capital com a renda dos juros pagos aos títulos públicos.
- Assim, diferente do que se publica na mídia econômica e no mercado financeiro, não é a dívida que ajuda o estado a se financiar, mas é o estado quem financia a acumulação improdutiva do capital através do pagamento de juros e amortizações da dívida e de seu refinanciamento.

- Fontes - Ver artigos: <https://auditoriadada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-no-brasil-por-maria-lucia-fattorelli/> e <https://auditoriadada.org.br/conteudo/a-mentira-do-deficit-orcamentario-por-rodriigo-avila/>

Banco Central: um pesado apêndice na esfera federal

As receitas do Banco Central correspondem, em sua imensa maioria, às receitas de juros pagos pelo Tesouro Nacional (TN), incidentes sobre os títulos públicos que o TN doa ao BC.

O BC utiliza esses títulos e esses juros doados pelo TN nas chamadas “Operações compromissadas” que custaram R\$ 3,3 trilhões no período de 2010 a 2020: “*Bolsa-Banqueiro*”

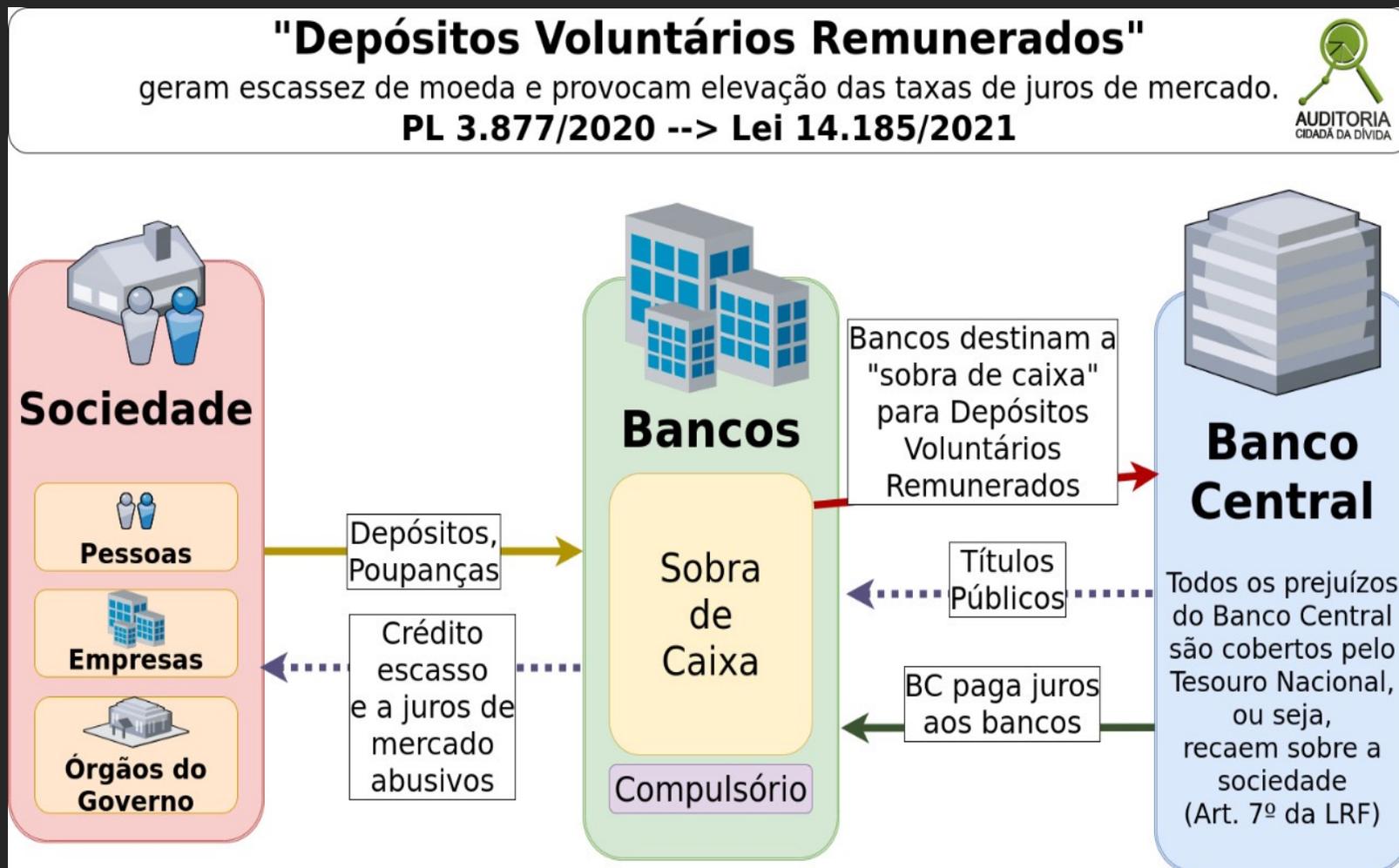
CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL			
PELO TESOUREO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC	Soma
	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,3	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
2020	295,03	133,56	428,59
Soma	1.965,00	1.363,69	3.328,70

Elaboração: Maria Lucia Fattorelli

Fontes: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2691:2:0>; e <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/balanceteslai>

BC remunera diariamente os bancos:

Operação provoca escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

Qual tem sido o papel do Banco Central

O Banco Central é uma autarquia especial, com autoadministração, administração pública indireta, personalidade jurídica e autonomia financeira. A “independência” do Banco Central foi objeto do PL 19/2019, transformado em Lei Complementar 179/2021.

O BC foi criado pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, substituindo a SUMOC, Superintendência da Moeda e do Crédito.

Suas atribuições foram alteradas pela Lei Complementar 179/2021: “*O Banco Central do Brasil tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços.*”

“*Sem prejuízo de seu objetivo fundamental, o Banco Central do Brasil também tem por objetivos zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.*”

Poucos decidem a política monetária do país

- O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito. Seu objetivo é a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.
- **O CMN é composto por apenas 3 membros: o presidente do Banco Central, o Ministro da Economia (que preside o Conselho), e o Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.**

Como funciona o CMN

- Os membros do CMN reúnem-se uma vez por mês para deliberar sobre assuntos como orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; e coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

O Banco Central e o COPOM

O Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic. Essa taxa afeta todos os demais juros da economia.



A dobradinha Banco Central + Bancos privados

- Como demonstrado, o Banco Central ganha títulos públicos do Tesouro Nacional e ainda recebe juros sobre esses títulos, os quais utiliza para remunerar diariamente a sobra de caixa dos bancos, uma remuneração parasita, paga pelo BC sobre recursos que sequer pertencem aos bancos.
- Dessa forma, o Banco Central tem funcionado como uma correia de transmissão de recursos públicos aos bancos, que no Brasil lucram cada vez mais, às custas desse e outros mecanismos da política monetária suicida praticada pelo Banco Central.
- Essas nocivas operações custam trilhões de reais aos cofres públicos, provocando ainda a escassez de moeda com redução da oferta de crédito e, por isso, aumento do custo do crédito disponível.

Como se isso não bastasse foi aprovado o PL 3.877/2020, “legalizando” essa verdadeira “Bolsa-Banqueiro” através da autorização de Depósitos Voluntários Remunerados sem limite e sem parâmetro algum.

Taxa SELIC: Ferramenta da política monetária

- Ao estabelecer a taxa SELIC, o Banco Central afeta profundamente os fluxos de recursos na economia brasileira. Em 2021, a Selic já subiu quase 400% neste ano (de 2 para 7,75% a.a. até outubro, e o BC já anunciou que fará outros aumentos), sob a justificativa de “controlar a inflação”. A raiz desse salto está na manipulação do diagnóstico da inflação para servir à acumulação de capital.
- O mercado considera que o aumento de preços depende 100% da quantidade de moeda disponível para os consumidores. Isso não é verdade, pois há outros fatores que geram aumento de preços e não são afetados pelo aumento dos juros, mas com aquela visão, a qualquer aumento de preços, o COPOM decide subir a taxa SELIC, o que eleva a dívida pública, exigindo mais e mais recursos para pagamento de juros e amortizações, exigindo-se corte de gastos sociais.
- A EC 95/2016 estabelece teto de gastos apenas para os gastos não-financeiros, deixando o gasto com a dívida pública fora do teto.
- A elevação da Selic provoca aumento de todas as demais taxas de juros de mercado, encarecendo empréstimos, vendas a prazo e outras operações que extraem grandes volumes de recursos de toda a sociedade, direcionando-os aos bancos. Assim, em plena pandemia, enquanto o PIB cai, o desemprego vai às alturas e a economia definha, os bancos batem recordes históricos de lucros.

MINICURSO

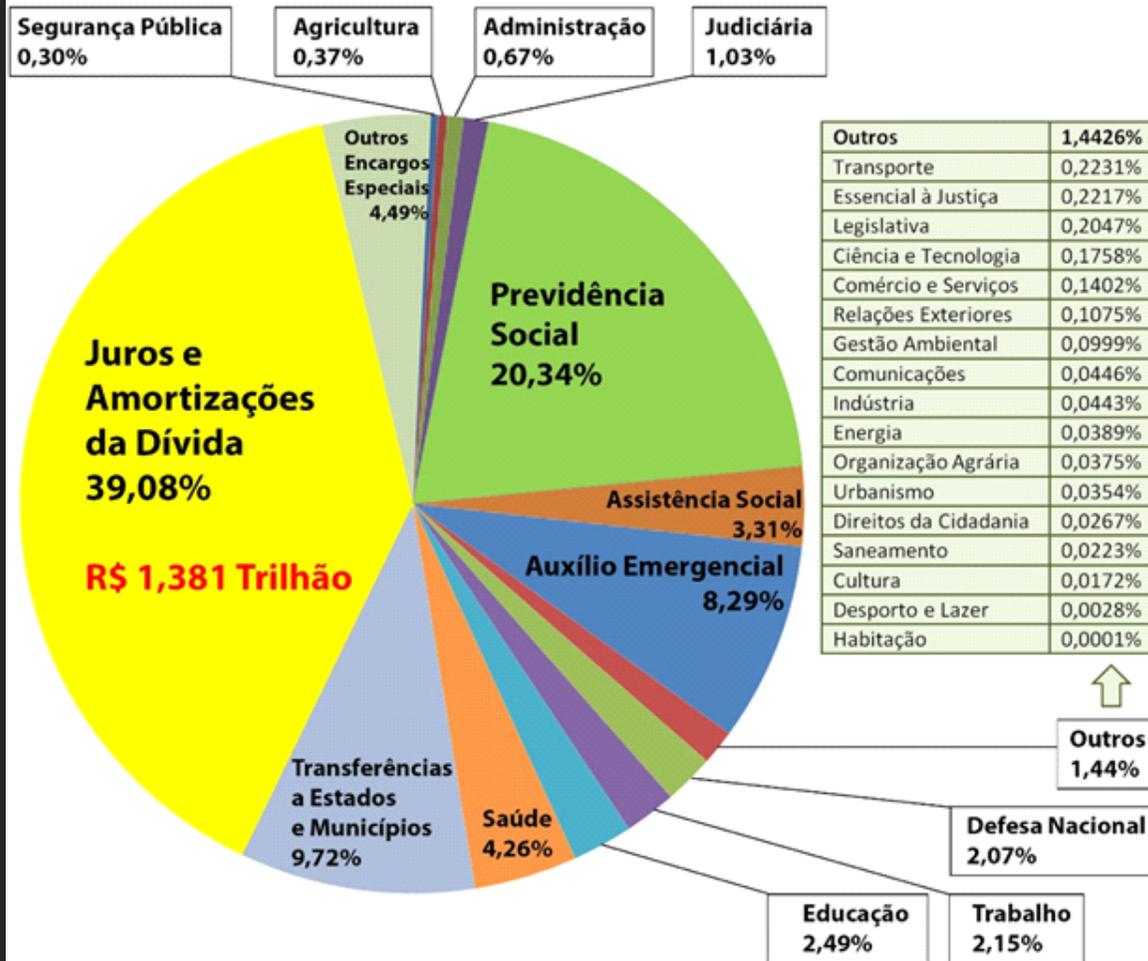
QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

- **Análise das Despesas Públicas:**
Esfera Federal, inclusive Banco Central

Prof. Rodrigo Ávila

ANÁLISE DAS DESPESAS PÚBLICAS FEDERAIS

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES
Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903); e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPÉ, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxílio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

DEFENSORES DO MERCADO SE DESESPERAM COM ESSE GRÁFICO:

- Alegam que a parte amarela "é só rolagem/refinanciamento"
- Porém, o governo computa grande parte dos juros como se fosse "rolagem" ou "refinanciamento"
- Ignoram que todo ano centenas de bilhões de reais de outras fontes (que nada tem a ver com novos empréstimos) são destinadas para o pagamento da dívida.
- Pegar empréstimo para pagar dívida anterior é uma opção política. É dinheiro que poderia ir para investimentos sociais, mas tem servido ao pagamento da própria dívida.
- Dizem que "a dívida não é problema, pois o governo pode emitir moeda e pagar"
- Emitir moeda para pagar dívida ilegal e ilegítima é a mesma coisa que defender abertamente a concentração de renda, a corrupção ou as desonerações abusivas para os muito ricos.
- É defender que os trabalhadores suem para produzir riqueza para os muito ricos, que recebem dinheiro emitido pelo Estado.

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido a dívida pública?

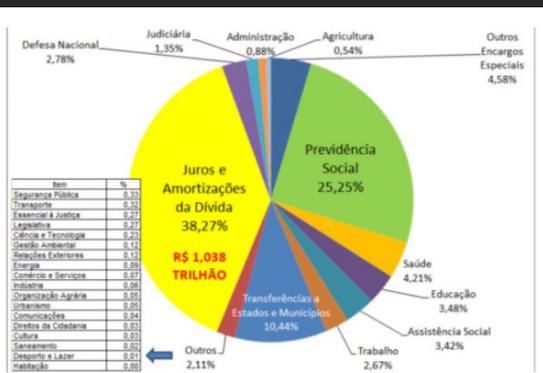


27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública
CAE/Senado



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo



05 DE ABRIL, 2021

LIVE: Auditoria Cidadã revela mecanismos e jogadas da Dívida

<https://bit.ly/3dwIxvP>

LIVE

A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública** ilegal transferência de dívidas privadas para o BC: PROER, PROES, EC 106
- **Transformação de dívida externa irregular**, suspeita de prescrição, em operação feita em Luxemburgo: Plano Brady
- **Elevadíssimas taxas de juros**: sem justificativa técnica ou econômica
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal.
- As sigilosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa.
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio do abuso das sigilosas “operações compromissadas” e BOLSA-BANQUEIRO.
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”.
- **Prejuízos do Banco Central** transferidos para o TN (Art. 7º da LRF)
- **“Securitização”** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos.

Apesar do Superávit Primário, a Dívida Pública explodiu

De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso,
a dívida interna federal aumentou de
R\$86 bilhões para quase
R\$4 trilhões no mesmo período.

É evidente que os investimentos e gastos sociais **não** foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “Crise Fabricada”

ANÁLISE DAS DESPESAS PÚBLICAS FEDERAIS

Comparativo Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública (em BILHÕES DE REAIS)			
Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	"Amortizações"	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.536,07
2012	134,08	618,94	2.823,00
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,97
2018	279,37	786,36	5.523,12
2019	285,09	752,48	5.971,93
2020	346,88	1.034,85	6.691,94

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais/RREO> e Banco Central.

Apesar das amortizações gigantes feitas a cada ano, o estoque da dívida pública federal interna segue aumentando, por causa dos mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida.

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

- Esfera Federal: **Análise da
atuação do BNDES**

Profa. Fátima Pinel

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

- **BNDE**

Criado em 1952: COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>

- Também como resultado do trabalho da Comissão Mista BRASIL – ESTADOS UNIDOS, ficou estabelecido que seria criado o **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)**, instituição encarregada de financiar e gerir os recursos para esses projetos captados no Brasil ou no Eximbank e no BIRD, responsáveis pelo financiamento em moeda estrangeira.

- **BNDES**

Em 1982 o BNDE é transformado em BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>,
pela Lei nº 1.628.

Será que o BNDES está cumprindo com seu propósito e missão?

Propósito, Valores, Princípios, Missão e Visão

Propósito

Transformar a vida de gerações de brasileiros, promovendo desenvolvimento sustentável.

Valores

- Ética
- Espírito público
- Compromisso com o desenvolvimento

Princípios

- Transparência
- Efetividade
- Diálogo
- Cooperação
- Busca pela excelência

Missão

Viabilizar soluções que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável da nação brasileira.

Visão

Ser o Banco do Desenvolvimento Sustentável Brasileiro.

Fontes de Recursos do BNDES

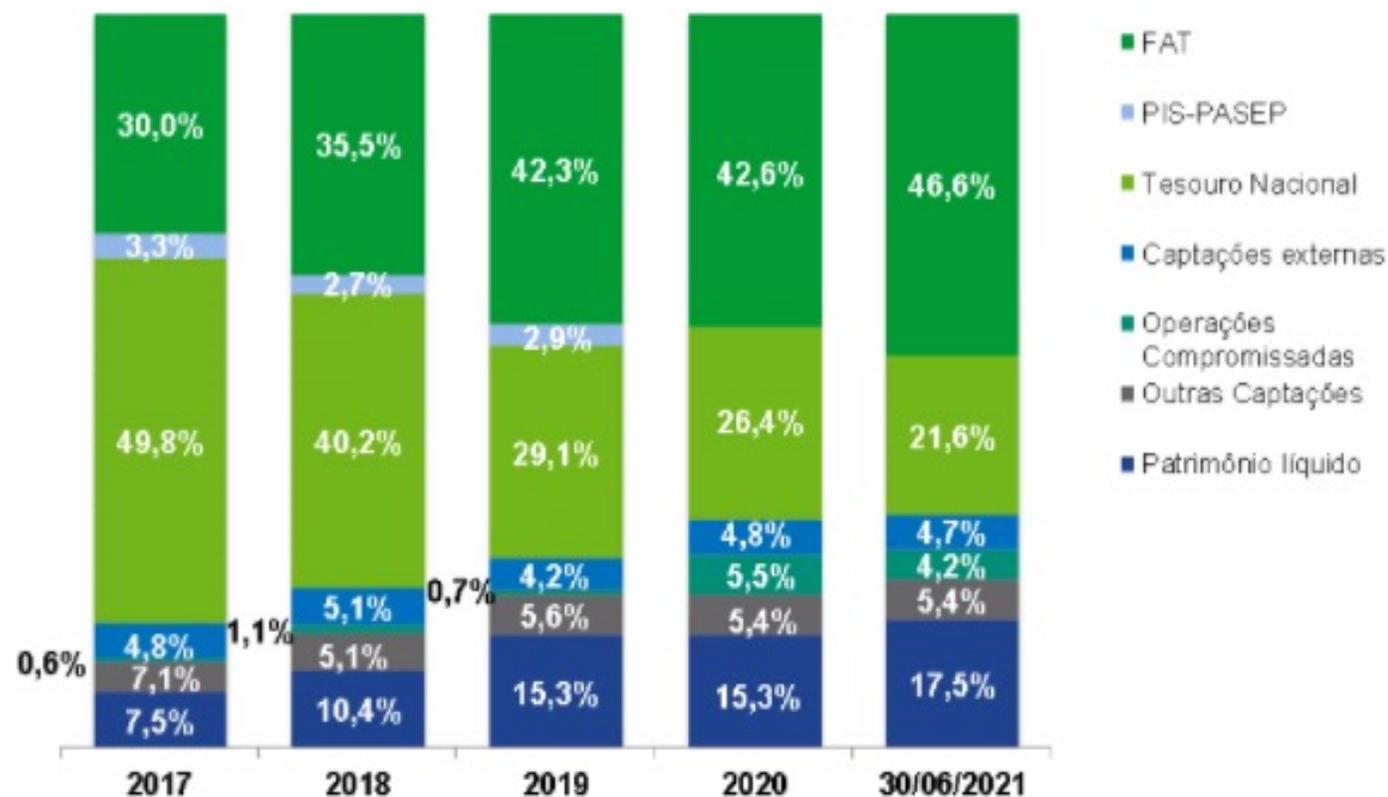
- Fontes governamentais, como os fundos FAT e o Tesouro Nacional, representam parcela significativa da estrutura de capital do BNDES, respondendo por 68,8% dos recursos totais em 30 de junho de 2020 (70,0% em 31 de dezembro de 2019).
- Recursos de outros fundos governamentais – como do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de seu Fundo de investimento (FI-FGTS); captações externas – via organismos multilaterais ou emissão de títulos (bonds); e emissões privadas de Letras Financeiras completam a estrutura de capital do BNDES.
- O gráfico seguinte, extraído da página do BNDES, ilustra a visão geral das principais fontes de recursos do BNDES em 30 de junho de 2020.

Fontes de Recursos



Última atualização: 12 de agosto de 2021

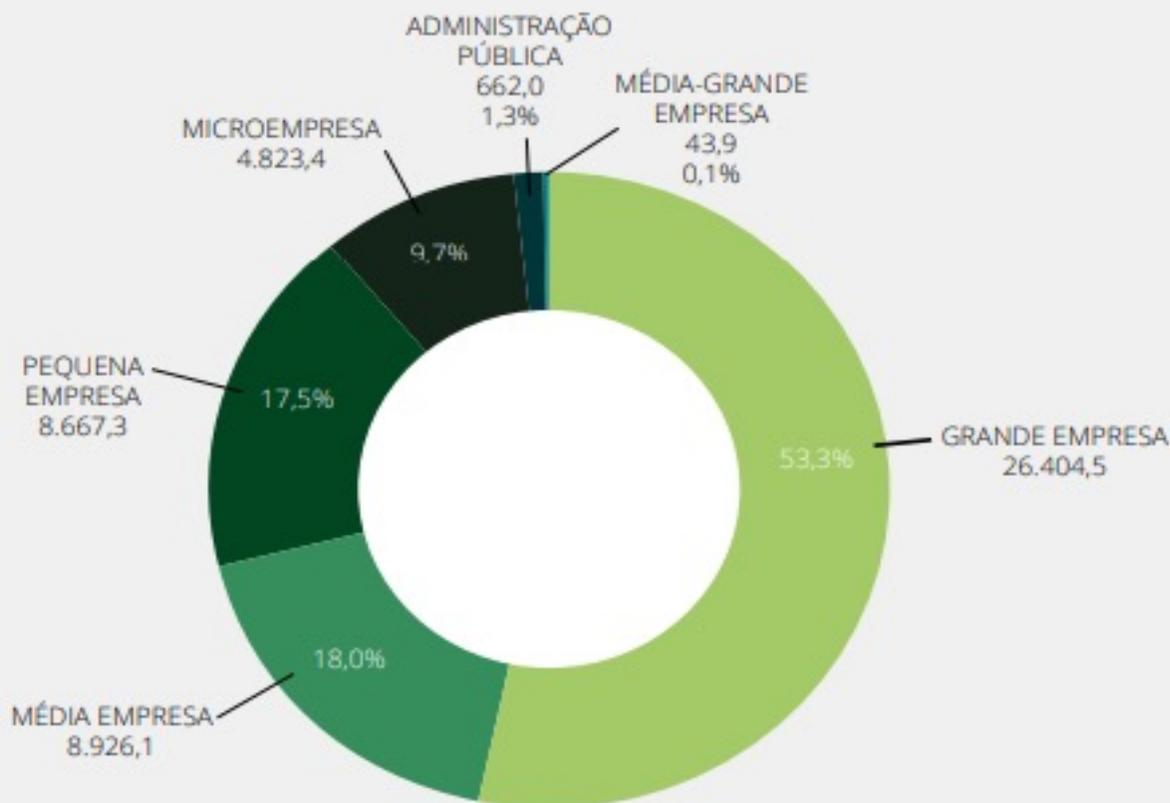
Para financiamento de longo prazo e investimentos em todos os segmentos da economia brasileira, o BNDES dispõe de diversas fontes de recursos, apresentadas no gráfico abaixo.



A distribuição dos recursos do FAT pelo BNDES mostra que as grandes empresas receberam a maior parcela de recursos.

https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/RELATORIO-DE-GESTAO-FAT_30.04.2021-compactado.pdf (pág. 38)

Gráfico 5 - Distribuição dos desembolsos em 2020 por Porte (em R\$ milhões e percentual)



Fonte: BNDES

No final do exercício de 2020, o saldo dos recursos do FAT emprestados ao BNDES registrava R\$ 307,8 bilhões, com saldo disponível de R\$ 29,1 bilhões e R\$ 276,9 bilhões aplicados em operações de crédito.

Investimentos do BNDES com recursos do Tesouro Nacional beneficiaram principalmente as grandes empresas

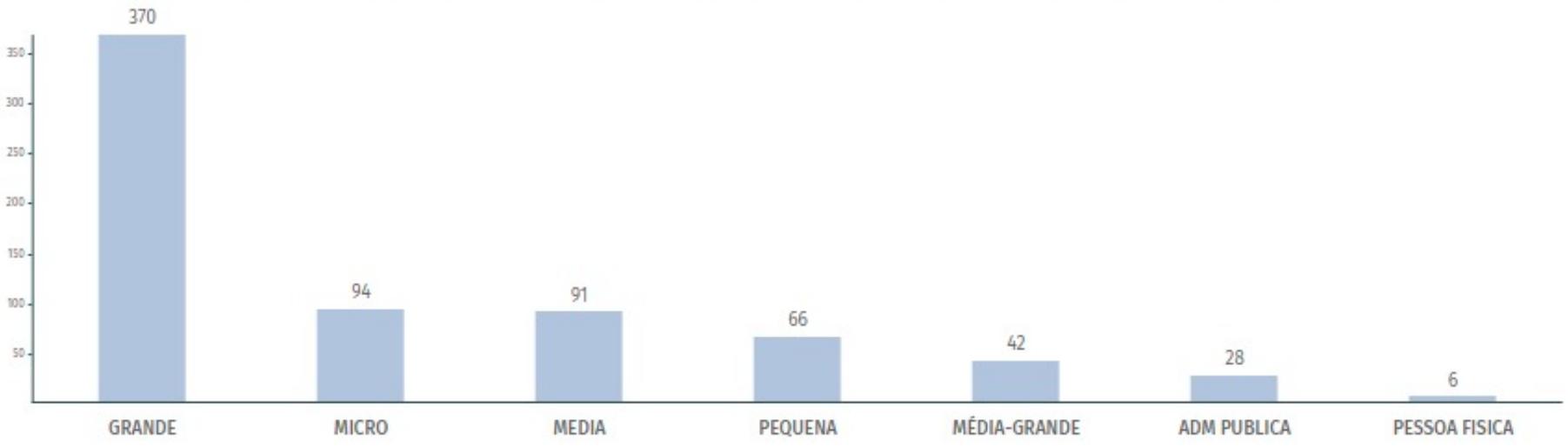
Investimentos do BNDES com recursos do Tesouro Nacional



Alocação dos *recursos do Tesouro Nacional*

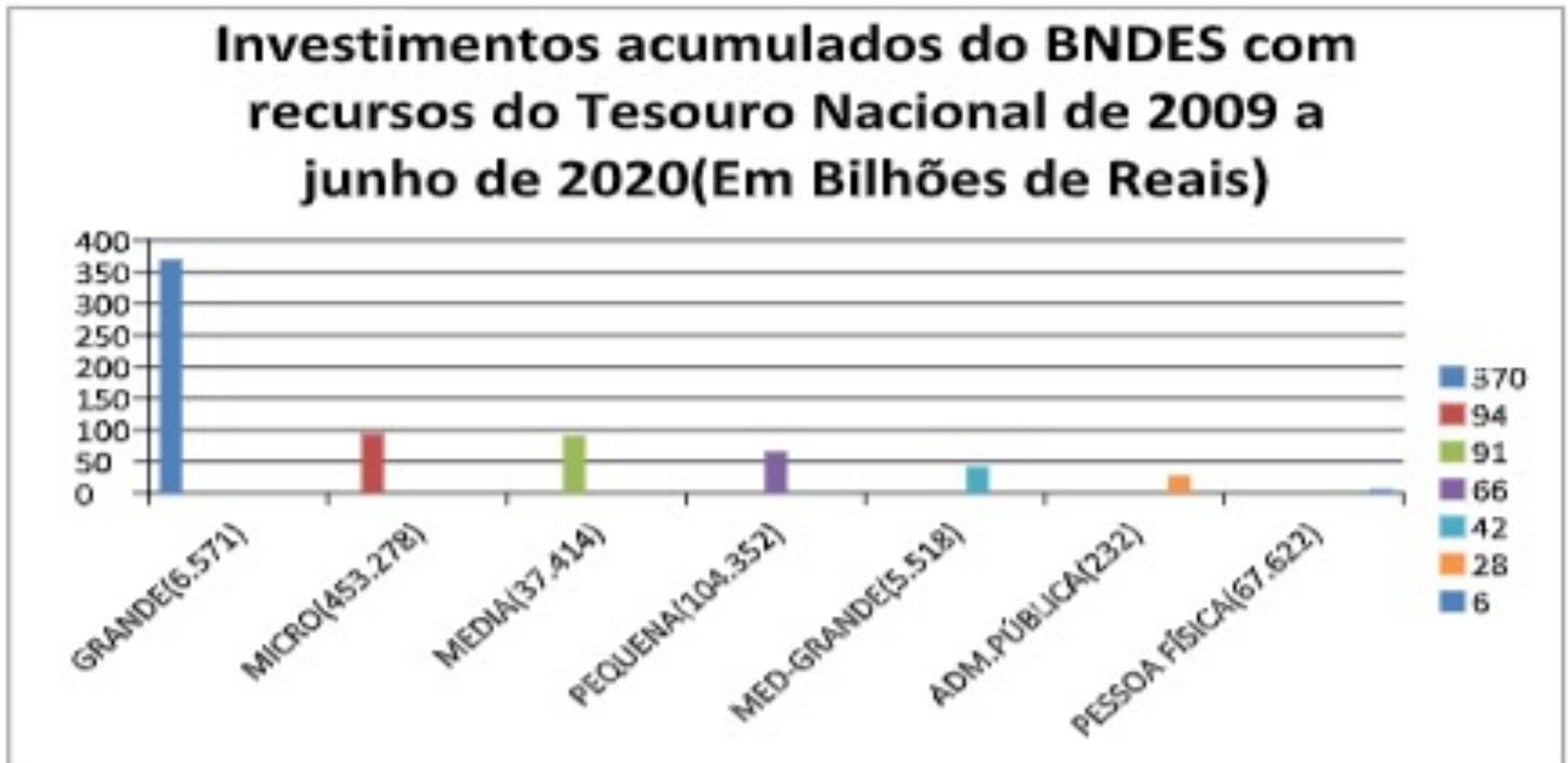
- Saldo devedor total
- Setor Público
- Empresas privadas
- Programas equalizáveis
- Desembolsos acumulados**

Desembolsos acumulados nos anos de 2009 até junho de 2020, em valor nominal R\$ 696,36 bilhões



Quantidade de empresas/instituições financiadas com recursos do Tesouro Nacional no período de 2009 até junho de 2020 (674.986 empresas/instituições)

*AUDITORIA SOCIAL A SERVIÇO DA SOCIEDADE CIVIL E
MEIO AMBIENTE*



Vídeo: *O BNDES na sua vida*
(<https://youtu.be/teMf3B05g78>)

BNDES e as PRIVATIZAÇÕES

Desestatização



Processos em andamento

Processos encerrados

Condições de financiamento para vencedores de leilões e concessões de infraestrutura

Processos de Seleção de Consultor em Perspectiva

Cadastro de Consultores

Conheça o Programa de Parcerias para Investimentos (PPI)

NOVA CONSULTA: CONTRATOS COM CONSULTORES PARA PROJETOS DE DESESTATIZAÇÃO

VISITE NOSSO HUB DE PROJETOS

Veja também

- Relatórios de Atividades do PND
- Resoluções do Conselho Nacional de Desestatização
- Infográfico sobre os tipos de desestatização
- As etapas do processo de desestatização
- Página do Hub de Projetos

MAIS SOBRE DESESTATIZAÇÃO

- Desestatização
- Processos em andamento
- Processos encerrados
- Cadastro de consultores
- Relatórios de Atividades PND
- Resoluções do Conselho Nacional de Desestatização
- Programa de Parcerias para Investimentos (PPI)
- Processos de Seleção de Consultor em Perspectiva
- Consulta a contratos com consultores para processos de desestatização

DÊ SUA OPINIÃO

Ajude-nos a aprimorar o site do BNDES preenchendo uma rápida [pesquisa](#).

Considerando que o BNDES é financiado pela classe trabalhadora e recursos do Tesouro

- O BNDES TEM CUMPRIDO A SUA MISSÃO?
- É JUSTO EMPREGAR ELEVADOS RECURSOS DO POVO BRASILEIRO PARA FINANCIAR GRANDES CORPORAÇÕES PRIVADAS (INTERNACIONAIS), (REDE DE CONTROLE CORPORATIVO GLOBAL)?
- E FINANCIAR PERDAS DE PATRIMÔNIO PÚBLICO ESTRATÉGICO POR MEIO DE QUESTIONÁVEIS PRIVATIZAÇÕES?

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

➤ **Análise das Receitas e Despesas**

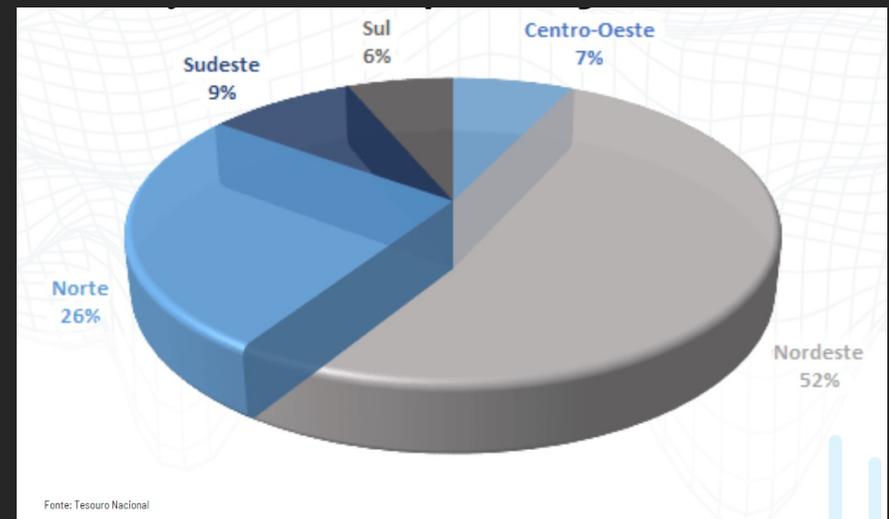
Públicas: Esfera Estadual

Prof. Josué Martins

Receitas dos Estados

- Em 2020, do total de receitas no valor de R\$ 991 bilhões:
- 54% (R\$ 535 bilhões) corresponderam à arrecadação tributária.
- FPE no valor de R\$ 74,4 bilhões.

Distribuição de FPE por Região



A principal fonte de receita dos Estados é a arrecadação de ICMS. Entretanto, essa não é a única receita e há especificidades regionais importantes. Para alguns Estados, principalmente do Norte e Nordeste, o FPE – Fundo de Participação dos Estados é a receita mais relevante.

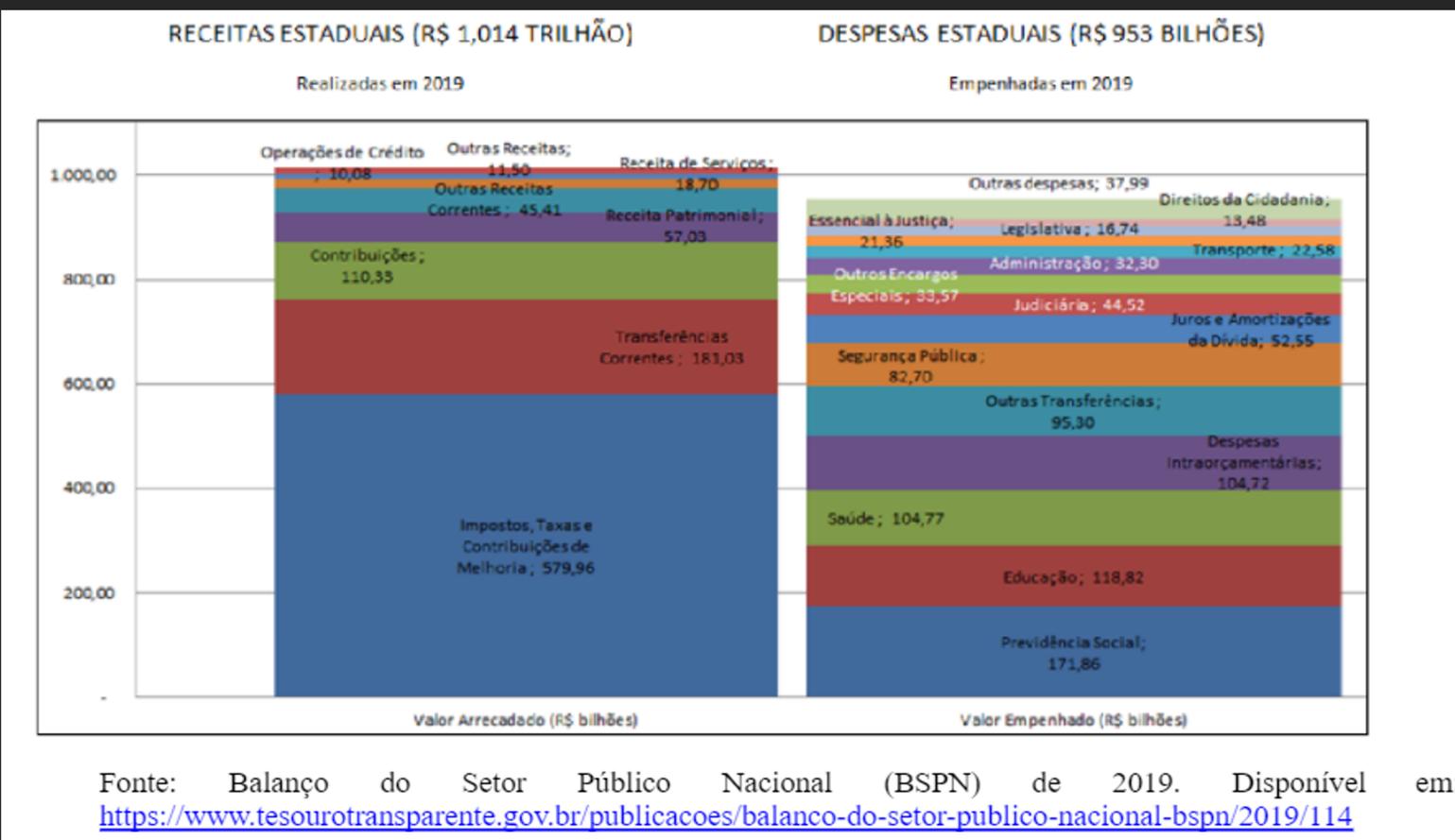
UF	FPE	ICMS	Outras receitas de arrecadação própria	Outras receitas de transferências
RS	4,7%	70,2%	14,4%	10,8%
SC	4,4%	67,1%	16,4%	12,1%
PR	5,7%	60,0%	21,2%	13,1%
SP	0,5%	70,0%	19,7%	9,8%
RJ	2,7%	64,3%	12,2%	20,8%
ES	9,4%	59,0%	12,0%	19,7%
MG	6,1%	64,1%	17,4%	12,5%
GO	11,6%	65,3%	13,3%	9,8%
MS	10,6%	62,9%	7,3%	19,2%
MT	13,2%	56,0%	15,1%	15,7%
DF	3,3%	40,0%	32,8%	24,0%
BA	21,4%	50,6%	12,5%	15,5%
SE	44,2%	35,8%	10,1%	9,9%
AL	38,9%	39,1%	7,6%	14,4%
PE	23,2%	52,4%	9,7%	14,7%
PB	39,9%	45,3%	5,4%	9,4%
RN	34,6%	46,8%	8,1%	10,4%
CE	29,7%	48,3%	11,8%	10,2%
PI	37,5%	33,8%	16,9%	11,8%
MA	41,2%	38,9%	6,5%	13,5%
TO	48,5%	30,3%	9,0%	12,1%
PA	24,9%	46,1%	13,0%	16,0%
AP	71,0%	16,4%	2,9%	9,7%
RR	63,4%	20,5%	5,4%	10,7%
AM	18,0%	49,2%	17,9%	14,9%
RO	34,4%	42,5%	11,6%	11,6%
AC	62,1%	20,3%	4,6%	13,0%

Fonte: Elaboração GESP (IE/UFRJ) com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais,

Despesas dos Estados

Em 2020, as principais despesas corresponderam aos gastos com Educação (R\$ 114 bilhões), Saúde (R\$ 122 bilhões) e Previdência Social (R\$ 186 bilhões).

Em 2019, conforme gráfico abaixo, os gastos com Educação (R\$ 118,82 bilhões), Saúde (R\$ 104,77 bilhões) e Previdência Social (R\$ 171,89 bilhões) também foram os mais relevantes.



Dívida dos Estados

- Em 2020, devido à pandemia, o STF suspendeu os pagamentos da dívida dos estados refinanciada pela União (Lei 9.496/97).
- Dívidas contraídas junto a instituições financeiras privadas nacionais e internacionais e outros organismos internacionais (BM, BID, CAF principalmente) prosseguiram.
- Apesar da suspensão dos pagamentos, os valores não pagos à União serão apartados, atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, conforme Lei Complementar 173/2020, e incorporados ao saldo devedor em janeiro de 2022. Isso fará com que o estoque dessas dívidas cresça de forma exponencial, como aconteceu no caso do Rio de Janeiro.
- A Lei Complementar 178/2021 agrava mais ainda a situação dos estados e municípios, pois empurra os estados para o chamado Regime de Recuperação Fiscal, que na realidade não representa uma “recuperação”, mas uma “implosão” fiscal, com graves danos ao Federalismo <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/>

Dívida dos Estados refinanciada pela União (Lei 9.496/1997) e PROES (Bilhões)

Dívida dos Estados refinanciada pela União	R\$ 50,25	45 %
PROES (Obscuros passivos de bancos estaduais transferidos para a dívida pública)	R\$ 61,92	55 %
TOTAL REFINANCIADO	R\$ 112,18	100 %
Total pago pelos Estados até 2019	R\$ 357,15	318 %
SALDO DEVEDOR EM 2019	R\$ 556,30	496 %

Nota: Percentuais calculados em relação ao Total Refinanciado pela União

Fontes:

- Dados referentes ao valor refinanciado e PROES: Tabela fornecida pelo Ministério da Fazenda à CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados (2009/2010) e Tabela do PROES divulgada pelo Banco Central, utilizados no Livro “Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados” <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro-Auditoria-Cidada-da-Divida-dos-Estados.pdf> - Páginas 90/91 e 181 a 183.
- Dados dos valores pagos e saldo devedor: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

Dívida dos Estados

- Os dados demonstram que a Dívida dos Estados refinanciada pela União (Lei 9.496/97) já foi paga várias vezes (mais de 3 vezes) e Estados ainda devem cerca de 5 (cinco) vezes o valor refinanciado.
- Enquanto Estados foram lesados devido às onerosíssimas condições de refinanciamento impostas pela Lei 9.496/97, a União deixou de ressarcir aos Estados as perdas decorrentes da Lei Kandir, exacerbando ainda mais as perdas aos entes federados
- Parte significativa da dívida dos estados (em média, 55% do valor refinanciado) era referente aos passivos dos bancos estaduais privatizados (PROES), os quais foram transformados em “dívida pública”
- Esses dados demonstram a necessidade de auditoria da dívida dos estados e completa revisão dos valores
- Em vez disso, a Lei complementar 178/2021 autoriza “Securitização” dessas dívidas, eternizando o processo de forma ainda mais onerosa, comprometendo definitivamente a sustentabilidade do orçamento público dos estados.

Como vimos, a análise das Receitas e Despesas Públicas dos Estados apresenta diversas distorções que afetam a autonomia dos entes federados e prejudicam a sociedade.

Propostas para corrigir essas distorções serão apresentadas na segunda parte do curso

Dia 11/11, às 20 horas.

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

➤ **Análise das Receitas e Despesas Públicas: Esfera Municipal**

Prof . Luiz Fernando Reis

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: RECEITAS

Tabela 1 – Evolução das Receitas dos municípios brasileiros, inclusive receitas intraorçamentárias, de acordo com a categoria econômica, no período de 2013-2020. (Valores Correntes em R\$ Bilhões)

Ano	Receitas Correntes [1]	Receitas de Capital [2]	Total Receitas [3]	% [1/3]	% [2/3]	% [1+2]/3
2013	415.287	15.163	430.449	96,5	3,5	100
2014	404.768	17.973	422.741	95,7	4,3	100
2015	487.747	17.817	505.564	96,5	3,5	100
2016	489.479	21.394	510.873	95,8	4,2	100
2017	545.492	13.670	559.162	97,6	2,4	100
2018	607.341	20.957	628.298	96,7	3,3	100
2019	615.096	22.513	637.609	96,5	3,5	100
2020	706.742	30.598	734.340	95,9	4,1	100
Δ 2013-2020	70,2%	101,8%	71,3%			
2013-2020: % Médio				96,4	3,6	100

Fonte: BRASIL/ME, 2021. Balanço do Setor Público Nacional (2013-2020). Elaboração deste estudo.

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: RECEITAS

- ✓ No período de 2013 a 2020, o total das receitas dos Municípios apresentaram um crescimento de 71,3%, crescimento bem superior à inflação (54,4%).
- ✓ Em termos proporcionais todas as transferências governamentais (União e Estados), representaram, em média, 60,9% do total das receitas dos municípios. A arrecadação tributária e de contribuições representaram 22,3% e 3,3% respectivamente (Total: 86,5%).
- ✓ É preciso destacar que a União tem destinado para gastos com a dívida pública federal um valor superior a 400% da soma de todas as transferências aos 26 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios brasileiros.

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: RECEITAS

- ✓ É muito preocupante a constatação que as receitas resultantes de Operações de Crédito apresentaram um impressionante crescimento de 255,5%. Evoluíram de R\$ 3,886 bilhões para R\$ 13,815 bilhões.
- ✓ **Tal crescimento é explicado pela retração, em termos proporcionais, das Transferências Governamentais destinadas aos municípios.** Para ampliar a sua capacidade de investimento e atender as demandas da população, as prefeituras têm recorrido de forma crescente às Operações de Crédito (empréstimos).
- ✓ Esse comportamento tem relação com diversos fatores presentes no modelo econômico aplicado no Brasil, os quais desrespeitam o Federalismo e prejudicam as finanças tanto dos estados como dos municípios brasileiros, destacando-se **a concentração cada vez maior da arrecadação tributária na esfera federal.**

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: DESPESAS

Tabela 2 – Evolução das Despesas dos municípios brasileiros, de acordo com a categoria econômica, no período de 2013-2020. (Valores Correntes em R\$ Bilhões).

Ano	Despesas Correntes [1]	Despesas de Capital [2]	Total Despesas [3]	% [1/3]	% [2/3]	% [1+2]/3
2013	376.810	45.049	421.859	89,3%	10,7%	100
2014	369.862	48.540	418.402	88,4%	11,6%	100
2015	448.154	50.786	498.940	89,8%	10,2%	100
2016	442.888	46.038	488.926	90,6%	9,4%	100
2017	504.563	37.181	541.744	93,1%	6,9%	100
2018	557.001	48.806	605.807	91,9%	8,1%	100
2019	565.470	57.045	622.515	90,8%	9,2%	100
2020	637.163	74.762	711.925	89,5%	10,5	100
Δ 2013-2020	69,1%	66,0%	68,8%			
2013-2020: % Médio				90,6	9,4	100

Fonte: BRASIL/ME, 2020. Balanço do Setor Público Nacional (2013-2019). Elaboração deste estudo.

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: SUPERÁVIT

No período de 2013 a 2020, o total das despesas dos Municípios apresentaram um crescimento de 68,8%: evoluíram de R\$ 421,859 bilhões para R\$ 711,925 bilhões. Nesse mesmo período, o crescimento das receitas foi de 71,3%, resultando em superávit.

Comparativo Receitas e Despesas dos Municípios brasileiros 2013-2020 (R\$ Bilhões)				
	Receitas [1]	Despesas [2]	Resultado [3] Superávit [1]-[2]	% [3]/[1]
TOTAL 2013-2020	4.432.036	4.310.117	121.919	2,6%

Fonte: BRASIL/ME, 2021. Balanço do Setor Público Nacional (2013-2020)

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: DESPESAS

- ✓ No período de 2013 a 2020, as **despesas com Pessoal e Encargos Sociais** representaram, em média, 50,1% do total das despesas dos municípios e as **Outras Despesas Correntes (Custeio) 39,5%**. **Tais despesas somadas representaram, em média, 89,6% do total das despesas.**
- ✓ As despesas com Pessoal e Encargos Sociais incluem, por exemplo, salários e encargos com a remuneração de professoras(es) e demais profissionais de ensino na rede pública municipal, profissionais de saúde, assistência social, segurança, entre outros.
- ✓ Em termos percentuais, no período de 2013 a 2017, as **despesas com Pessoal e Encargos Sociais** apresentaram uma trajetória ascendente (de 48% para 53,4%) e **de 2017 a 2020 declinaram: de 53,4% para 49,7%**.

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: DESPESAS

- ✓ **Proporcionalmente, as despesas com custeio (Outras Despesas Correntes), mantiveram-se praticamente inalteradas: 39,5% em média (2013: 40,3% - 2017: 39%).**
- ✓ **Proporcionalmente, as despesas com custeio (Outras Despesas Correntes), mantiveram-se praticamente inalteradas (39,5% em média).**
- ✓ A análise das despesas dos municípios por área de atuação governamental (função) revela que de 2013 a 2020, em termos proporcionais, as 4 maiores despesas são: Educação (26,1%), Saúde (24,9%), Administração (11,2%) e Urbanismo (10%). **Tais despesas somadas representaram 72,2% das destinações orçamentárias.**

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CONSIDERAÇÕES

- ✓ **A análise do fluxo de receitas e despesas (2013-2020) revela o crescente endividamento dos municípios** (interno e externo) com instituições financeiras e com agências multilaterais de financiamento, tais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- ✓ Para financiar investimentos necessários ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios os gestores municipais têm recorrido de forma crescente e preocupante ao endividamento interno e externo.
- ✓ **As operações de crédito, que no curto prazo representam receitas adicionais, no médio e longo prazo se convertem em despesas com amortização, juros e encargos, muitas vezes bastante onerosas aos cofres públicos.**

MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CONSIDERAÇÕES

- ✓ O crescente endividamento dos municípios, tem sido a opção adotada por muitos gestores em detrimento de modificações que tornem o modelo tributário mais justo: redistribuição entre os entes federados da arrecadação tributária, ampliando os recursos destinados aos estados e municípios, e adoção de medidas, em âmbito municipal, para desonerar os mais pobres e onerar os super-ricos (IPTU progressivo por exemplo).
- ✓ É preocupante o endividamento externo dos municípios em moeda estrangeira (dólar, especialmente). **A variação do câmbio tem elevado exponencialmente o montante da dívida e das despesas com juros e encargos.** Além disso, é crescente a influência de organismos representativos do capital rentista mundializado (Banco Mundial, BID e FMI) em diversos municípios brasileiros.
- ✓ Muitas vezes parte das receitas (transferências governamentais) são apresentadas como garantia para a realização de empréstimos e poderão ser retidas para garantir o pagamento da dívida.

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

➤ Esquema da Securitização de Créditos Públicos

Profa. Maria Lucia Fattorelli

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER "APENAS"
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

CONSIGNADO DE RECURSOS PÚBLICOS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

**ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
"Securitização de Créditos Públicos"
escancara desvio de recursos para bancos
privilegiados**

Inclusão do esquema na PEC 23 Interpelação:

<https://auditoriacidada.org.br/acd-envia-interpelacao-extrajudicial-para-alertar-parlamentares-sobre-securitizacao-na-pec-23-2021/> Entrevista TV:

<https://auditoriacidada.org.br/video/tv-democracia-fattorelli-explica-esquema-que-desvia-recursos-publicos-inserido-na-pec-23-2021/>

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

PEC 23 tenta inserir na CF <https://bit.ly/3GSSGjn> e <https://bit.ly/3mPbVm4>

- Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo, que sequer alcançará os cofres públicos: alienação fiduciária do fluxo de arrecadação
- Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação tributária, que passa a ser desviada durante o percurso pela rede bancária para "contas vinculadas" ao esquema
- Comprometimento do orçamento público, que fica subtraído das receitas desviadas para este esquema e pelo elevadíssimo custo de implementação, prejudicando o financiamento do Estado e o atendimento às políticas públicas
- Geração ilegal de dívida pública, que não é contabilizada como "dívida" e é paga por fora dos controles orçamentários, com o dinheiro desviado
- Bancos e investidores privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária.

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

- **Impacto da Crise Fabricada sobre o comportamento das receitas de todos os entes federados e sua relação com a política monetária praticada pelo Banco Central**

Profa. Lujan Miranda

IMPACTO DA CRISE FABRICADA

sobre o comportamento das receitas de todos os entes federados e sua relação com a política monetária praticada pelo Banco Central

ENTES FEDERADOS: União, Estados e municípios (República Federativa do Brasil).

GRUPOS DE ESTUDOS - Finanças Públicas - Análise das receitas/despesas - 2013 a 2020.

O QUE CONSTATAMOS? IMPACTO DA CRISE INICIADA EM 2014

2014 - PIB estacionado

2015/2016 - Forte queda (cerca de 7%)

QUEM FABRICOU ESSA CRISE E COMO? POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL - BC

Mairo/2013 – BC começou a elevar a **Taxa Selic** em todas as reuniões do **Copom**: de **7,25%** chegou a **14,25% a.a.** (permaneceu neste patamar elevadíssimo por mais de **1 ano**).

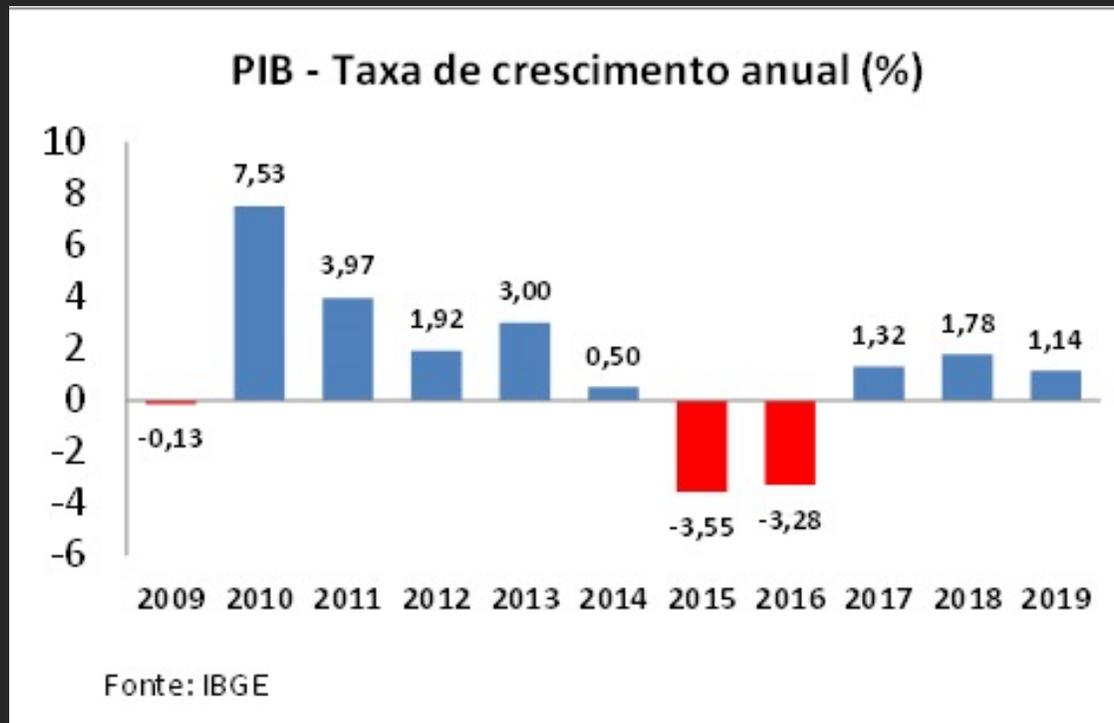
ALÉM DA FORTE ELEVAÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS (IMPACTO NOCIVO SOBRE TODAS AS DEMAIS TAXAS DE JUROS PRATICADAS NO PAÍS), O BANCO CENTRAL:

- **Aumentou** o volume das “**Operações Compromissadas**”
Em **janeiro/2016** chegou a R\$ **1 trilhão** e continuou subindo.
- **Impôs** imenso prejuízo aos cofres públicos, inclusive contratos de **swap cambial** oferecidos pelo BC aos bancos e grandes corporações.

RESULTADO DA POLÍTICA MONETÁRIA DO BC

- **Crise fabricada:** impactou negativamente toda a economia
- **Escassez de moeda** provocada pelo abuso das “Op. Compromissadas”
- Quebra de empresas principalmente devido aos altos juros, desemprego recorde, queda de arrecadação etc. provocando o **encolhimento do PIB**
- **Prejuízo imenso** aos cofres públicos: Em **2016 o BC gerou R\$ 250 bilhões de prejuízo**
- **Não podemos esquecer! Todo prejuízo do BC é transferido ao Tesouro Nacional e tem sido financiado**, em grande parte, por **Dívida Pública**.

RELAÇÃO CRISE FABRICADA E QUEDA DO PIB É DIRETA



- Em 2009, pela primeira vez o volume das Operações Compromissadas chegou a quase **meio trilhão** de reais.
Impacto: o PIB despencou e ficou negativo.
Ressalta-se o crescimento anterior: 2007 **6%** e 2008 **5%**
- A partir de 2014, observa-se o impacto da Crise Fabricada pelo BC.

ABUSO DAS OPERAÇÕES COMPROMISSADAS PELO BANCO CENTRAL

PRINCIPAL RESPONSÁVEL:

- Pela **fabricação da crise**, que se aprofunda a partir de 2015.
- Pelo **travamento da economia brasileira**, devido ao seu impacto na manutenção dos juros de mercado em patamares abusivos.

DIANTE DE TUDO ISSO, O QUE SE VIU?

ALGUMA PROVIDÊNCIA LEGAL CONTRA ESTES ABUSOS?

- Essa **nociva operação** (que na prática corresponde à injustificada remuneração da sobra de caixa dos bancos) foi **“legalizada”**
- O Congresso Nacional aprovou o **PL 3.877/2020** (autor Senador Rogério Carvalho (PT/SE), que **“legaliza”** essa remuneração e a deixa **sem limite, sem nenhum parâmetro**. Assim **a política de juros abusivos que amarra o Brasil, se eterniza.**

QUAL JUSTIFICATIVA TEM SIDO USADA PELO BANCO CENTRAL PARA AS ELEVADAS TAXAS DE JUROS PRATICADAS NO BRASIL?

"Combate à inflação..."

Essa justificativa não tem nenhuma lógica econômica!

A INFLAÇÃO NO BRASIL TEM SIDO PROVOCADA PELO PRÓPRIO GOVERNO:

- Aumento dos preços de **energia elétrica, combustíveis** (gasolina, gás de cozinha, etanol, diesel, devido à política de preços de paridade à importação adotada pela Petrobras), **transportes públicos, medicamentos**, entre outros preços administrados pelo próprio governo;
- Aumento dos preços de **alimentos**, devido a uma **política agrária e agrícola** que privilegia o **grande agronegócio de exportação**.

**OS PREÇOS ADMINISTRADOS E DE ALIMENTOS
NÃO SE REDUZEM COM O AUMENTO DOS JUROS!**

A CRISE FABRICADA GERA PERDAS PARA A SOCIEDADE E LUCROS PARA OS BANCOS

➤ PERDAS PARA A SOCIEDADE, PARA AS FINANÇAS PÚBLICAS E PARA TODA A ECONOMIA

Desemprego, queda do volume de serviços, redução do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo (que reflete os investimentos, principalmente em infraestrutura e indústria no país), queda de arrecadação, aumento do gasto público (para remunerar os bancos), explosão da dívida pública, queda de investimentos e encolhimento do PIB.

➤ EXPLOÇÃO DO LUCRO DOS BANCOS

Ganhos bilionários com a remuneração de sua sobra de caixa e contratos de swap, além dos elevadíssimos juros. Aumento dos depósitos a prazo (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Recibos de Depósitos Bancários – RDB , “títulos privados, oferecidos pelas instituições financeiras, com o objetivo de captação de recursos junto ao mercado, com taxas e prazos negociados”, Sist. Gerenciador Séries Temporais - SGS/BCB), devido aos juros elevadíssimos.

A CRISE FABRICADA TEM SERVIDO PARA ESTIMULAR A FINANCEIRIZAÇÃO, AUMENTAR A DÍVIDA PÚBLICA E TEM SIDO USADA COMO JUSTIFICATIVA PARA CONTÍNUAS CONTRARREFORMAS

- **Financeirização dos investimentos:** as **altas taxas de juros** (com o discurso mentiroso de contenção da inflação) **tornaram mais rentável o investimento no mercado financeiro** do que no **setor produtivo**, absorvendo os **recursos** destes e **esfriando** toda a **atividade econômica**.
- O **maior gasto governamental** tem sido com **despesas financeiras** para **pagamento**, principalmente dos **elevados juros** e dos **mecanismos financeiros** que têm gerado a **dívida pública federal sem contrapartida** em investimentos para o país, **beneficiando apenas os rentistas**, e não a **sociedade** e o nosso **desenvolvimento socioeconômico**.
- A **crise fabricada** tem sido usada como **justificativa para contínuas contrarreformas**, como a trabalhista, da Previdência, Administrativa, a EC 95 (teto de gastos primários) entre outras.

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

➤ CONCLUSÃO

Profa. Maria Lucia Fattorelli

Conclusão

A **análise das receitas públicas** de todas as esferas (federal, estadual e municipal) revela a relevância do financiamento do Estado pela sociedade, por meio do pagamento de **tributos que recaem principalmente sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres**, cabendo lembrar que o valor das transferências (FPE, FPM e outros repasses) também provêm de arrecadação tributária.

A **análise sobre as despesas públicas** mostra claramente quem mais se beneficia do gasto público, pois o maior gasto público, disparadamente, está representado pelo gasto com a dívida e os prejuízos provocados pela política monetária do Banco Central.

O funcionamento distorcido do processo de endividamento público está presente em todas as 3 esferas (federal, estadual e municipal): em vez de funcionar como um instrumento de aporte de recursos aos entes federados, viabilizando investimentos importantes para a coletividade, na prática tem atuado como um “Sistema da Dívida” que continuamente ...

Conclusão

... **“Sistema da Dívida”** que continuamente desvia grandes volumes de recursos públicos principalmente para o setor financeiro, mediante a utilização de mecanismos ilegais, ilegítimos e até fraudulentos em alguns casos.

A atuação desses mecanismos tem sido responsável pela **produção de crises e pelo contínuo crescimento da chamada dívida pública**, e esse crescimento tem sido usado como **justificativa para as medidas de ajuste fiscal** (contínuo corte de gastos públicos com serviços prestados à população para que sobrem mais recursos para o gasto com a dívida, como comprovam as EC 95 e EC 109, entre outros atos); **Privatizações** (os recursos apurados com as privatizações são destinados ao pagamento da dívida e as empresas privatizadas ainda recebem recursos do BNDES para ampliar investimentos) e **contrarreformas** (como as da Previdência e a Administrativa por exemplo).

Esse Sistema da Dívida agrava a concentração de renda e impede a melhoria das condições de vida da população.

Conclusão

O diagnóstico realizado mostrou que o funcionamento do modelo econômico atual aprofunda as desigualdades sociais, gera crescente dano ambiental e impede o nosso desenvolvimento socioeconômico, além de produzir crises que têm servido de justificativa para medidas que agravam as injustiças sociais e o atraso do país em todos os aspectos, levando-nos ao avesso do que poderíamos ser.

É urgente aumentar a mobilização social para se construir outro modelo econômico que garanta justiça social e vida digna para todas as pessoas, respeite o ambiente e promova o desenvolvimento socioeconômico.

Para isso, apresentamos algumas propostas concretas.

MINICURSO

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

- **Propostas a serem encaminhadas para o grupo de estudos da “Economia de Francisco e Clara”**

A apresentação das propostas será feita dia 11/11/2021, seguida de debate e respostas às perguntas formuladas pela juventude da Economia de Francisco e Clara e demais participantes

AGRADECEMOS PELA PARTICIPAÇÃO E AGUARDAMOS TODOS VOCÊS DIA 11/11/2021

LIVE*

QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

Análise do fluxo de recursos na esfera pública federal, estadual e municipal

Qual Estado buscamos na Economia de Francisco e Clara, e a serviço de quem?

**Minicurso 4 horas com certificado. Inscreva-se!
9 e 11 de Novembro de 2021, de 20 às 22h**

 youtube.com/auditoriacidadadadivida



Realização: Observatório de Finanças da CBJP

Apoio:



Universidade
Católica de Brasília
Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade